

**RELATÓRIO**

**sobre**

**DISCIPLINA DE MERCADO**

*Abril de 2016*

## **ÌNDICE**

- 1 - Introdução**
- 2 - Declaração de Responsabilidade**
- 3 - Âmbito da Atividade e Políticas de Gestão de Riscos**
- 4 - Adequação de Capitais**
  - 4.1 - Fundos Próprios**
  - 4.2 - Adequação de Fundos Próprios**
- 5 - Gestão de Riscos**
  - 5.1 - Risco de Crédito**
  - 5.2 - Risco de Mercado**
  - 5.3 - Risco de Liquidez**
  - 5.4 - Risco Operacional**

## **1. Introdução**

O Relatório de Disciplina de Mercado de 2015 enquadra-se no âmbito dos requisitos de prestação e divulgação de informação solicitados no Aviso nº 10/2007 do Banco de Portugal e considerando que “as informações a disponibilizar devem contemplar os riscos incorridos, atendendo a objetivos estratégicos e aos processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos” na SOFID, de forma a permitir informação para efeitos de esclarecimento e suporte das decisões a tomar pelos agentes económicos.

As informações ora apresentadas, reportam-se ao exercício de 2015 e complementam a informação que respeita ao relatório e contas do referido ano.

## **2. Declaração de Responsabilidade**

Quanto à informação expressa no presente relatório, o Conselho de Administração (CA) da SOFID declara:

- Ter elaborado este documento tendo em conta os procedimentos previstos no Aviso nº 10/2007 do Banco de Portugal sendo toda a informação verdadeira e fidedigna;
- Assegurar a qualidade de toda a informação divulgada;
- Comprometer-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram durante o exercício subsequente àquele a que o presente documento se refere.

## **3. Âmbito da Atividade e Políticas de Gestão de Riscos**

A SOFID é a EDFI (European Development Finance Institution) portuguesa, vocacionada prioritariamente para o apoio à cooperação no âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) nacional e em interligação com o processo de internacionalização das empresas portuguesas em mercados em desenvolvimento e emergentes. Neste contexto, fazem parte da sua estratégia os países da CPLP e do Magrebe, a África do Sul, a Índia, a China, os países com importantes diásporas empresariais portuguesas e países CPLP. No processo de contribuição para o desenvolvimento sustentado dos países beneficiários da APD, o cofinanciamento de projetos através da concessão de empréstimos e/ou de prestação de garantias, a participação em investimentos com capital de risco e a participação e gestão de fundos de investimento constituem o fulcro do negócio desta Instituição.

Como políticas de gestão e controlo de risco assumidas pelo CA desde o início da atividade, foram adotados critérios prudenciais e definidos os procedimentos adequados para uma correta avaliação do risco, havendo uma área específica para o efeito (Área de Gestão de Risco). Como principais funções desta área destacam-se a gestão e controlo do risco de crédito, bem como de outras exposições a riscos enquadráveis na atividade da SOFID, com realce para o risco país, inerente à atividade de crédito externo para a qual esta Instituição está vocacionada.

Os testes de esforço, tem sido dispensados pelo Departamento de Supervisão do Banco de Portugal, atendendo à dimensão da SOFID.

É de referir que está a vigorar o Regulamento Geral de Crédito que institui as normas e regras gerais aplicáveis às competências atribuídas à SOFID, vinculando os membros dos Órgãos Sociais e todos os membros da empresa que intervêm no processo de concessão e atribuição de crédito.

Em 31/12/2015, as responsabilidades da SOFID encontravam-se assim distribuídas:

Garantias e Avals Prestados	<b>EUR 4.420.519</b>
Crédito Concedido a Clientes	<b>EUR 5.029.765</b>

#### **4. Adequação de Capitais**

##### **4.1 Fundos próprios**

O capital social no montante de Euros 11.500.999,20 (2014: Euros 10.000.000), representado por 12.778.888 ações com o valor nominal de Euros 0,90, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Por forma a adequar o valor nominal das ações ao seu valor real, a Sociedade procedeu, em dezembro de 2015, à redução do capital social de Euros 10.000.000 para Euros 9.000.000, sem alteração do número de ações, para cobertura de perdas acumuladas.

Na sequência da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 26 de março de 2015 e sessão de continuação de 9 de abril de 2015, a Sociedade procedeu ao aumento de capital, em dezembro de 2015, de Euros 9.000.000,00 para Euros 11.500.999,20, mediante emissão de 2.778.888 novas ações escriturais nominativas, com preço de emissão de Euros 0,90 por ação.

À data de 31 de dezembro de 2015, o capital social da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. é detido a 64,33% pelo Estado Português, 7,83% pelo Banco BPI, S.A., 7,83% pelo Novo Banco, S.A., 7,83% pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., 7,83% pelo Banco Comercial Português, S.A., 7,83% pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., 4,35% pela Corporación Andina de Fomento, S.A. e 0,02% pela ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação.

As Demonstrações Financeiras relativas a 31/12/2015 evidenciam o saldo de EUR 11.557.242 de Fundos Próprios totais elegíveis para determinação dos rácios de solvabilidade prudenciais.

##### **4.2 Adequação de Fundos Próprios**

Os fundos próprios da Sociedade são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente, de acordo com a Diretiva 2013/36/EU e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (CRD IV/CRR), e o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013.

Os fundos próprios apurados incluem os fundos próprios de nível 1 (tier 1) e fundos próprios de nível 2 (tier 2). O tier 1 compreende os fundos próprios principais de nível 1 (common equity tier 1 – CET1) e os fundos próprios adicionais de nível 1.

O common equity tier 1 inclui: (i) o capital realizado, os prémios de emissão, as reservas e os resultados retidos, (ii) e as deduções relacionadas com ações próprias, o goodwill e outros ativos intangíveis.

Adicionalmente procede-se à dedução de impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por um lado, e consideram-se as deduções relacionadas com os impostos diferidos ativos de diferenças temporárias que dependem de rentabilidade futura da Sociedade e com as participações em instituições

financeiras e seguradoras superiores a 10%, por outro, neste caso pelo montante que exceda os limites máximos de 10% e 15% do common equity tier 1, quando analisados de forma individual e agregada, respetivamente.

O tier 2 integra os ajustamentos para risco geral de crédito nas condições estabelecidas pelo Regulamento.

De acordo com o quadro regulamentar em vigor, as instituições devem reportar rácios common equity tier 1, tier 1 e total não inferiores a 7%, 8,5% e 10,5%, respetivamente, incluindo um conservation buffer de 2,5%, mas beneficiando de um período transitório que decorrerá até ao final de 2018.

Em 31/12/2015 a SOFID possuía uma exposição a risco de crédito e risco operacional calculados de acordo com os Avisos nº 5/2007 e nº 9/2007, respetivamente, no montante de EUR 12.376.157, sendo o restante risco, de mercado ou de liquidez, praticamente sem expressão, observando-se um rácio de solvabilidade CET1 de 92,57%, e rácios Tier 1 e Total de 92,57% e 93,38%, respetivamente.

## **5. Gestão de Riscos**

### **5.1 Risco de Crédito**

A SOFID, em 2014, implementou a metodologia de cálculo de imparidade nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” (IAS 39), para avaliação do risco associado à carteira de crédito e quantificação das respetivas perdas incorridas em cabal cumprimento da Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal.

O processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito é objeto de avaliação crítica pelo Revisor de Contas da Sociedade, tanto no que se refere às metodologias e fontes de informação utilizadas para o cálculo da imparidade individual e coletiva, como aos procedimentos e controlos inerentes ao processo, sendo as conclusões da avaliação do processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito transmitidas semestralmente ao Banco de Portugal. A Sociedade reporta ainda o risco de concentração setorial e individual da carteira ao Banco de Portugal, conforme a Instrução nº 5/2011.

Em 2015, continuaram a ser cumpridas as exigências relevantes da regulamentação emitida pelo Banco de Portugal relativa ao processo de divulgação de informação financeira. Neste capítulo, e em aditamento à implementação da referida metodologia de avaliação do risco associado à carteira de crédito e quantificação das respetivas perdas incorrida, a Sociedade cumpre também com os requisitos da Carta Circular n.º 02/2014/DSP do Banco de Portugal relativos às divulgações dos Critérios de referência - Mensuração da Imparidade da Carteira de Crédito divulgando, na Nota 36 às Demonstrações Financeiras, informação detalhada sobre a metodologia adotada pelo seu modelo de imparidade e sobre a qualidade dos seus ativos e da gestão do risco de crédito, de modo a permitir um conhecimento fundamentado sobre o perfil de risco da instituição em conformidade com a referida Norma Internacional de Contabilidade 39.

	<b>2015</b> <b>Euros</b>	<b>2014</b> <b>Euros</b>
Disponibilidades em instituições de crédito	43.006	37.732
Aplicações em instituições de crédito	6.196.702	3.722.410
Crédito a clientes (direto e indireto)	11.155.207	15.692.476
Outros ativos	97.672	143.413
	<b>17.492.587</b>	<b>19.596.031</b>

De seguida apresenta-se a informação relativa à exposição da Sociedade ao risco de crédito:

Nos termos da Carta Circular n.º 02/2014/DSP do Banco de Portugal, de 26 de fevereiro, são apresentados de seguida um conjunto de quadros de avaliação do risco associado à carteira de crédito e quantificação das respetivas perdas incorridas.

Nos quadros seguintes é detalhado a exposição e imparidade constituída por segmentos:

Segmento	Exposição em 2015					
	Exposição total Euros	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	
		Total Euros	Do qual curado Euros	Do qual reestruturado Euros	Total Euros	Do qual reestruturado Euros
Empresas	11.155.207	11.155.207	75.827	-	151.047	-
<b>Total</b>	<b>11.155.207</b>	<b>11.155.207</b>	<b>75.827</b>	<b>-</b>	<b>151.047</b>	<b>-</b>

Segmento	Imparidade em 2015		
	Imparidade total Euros	Crédito em cumprimento Euros	Crédito em incumprimento Euros
Empresas	307.594	156.547	151.047
<b>Total</b>	<b>307.594</b>	<b>156.547</b>	<b>151.047</b>

Nos quadros seguintes é detalhada a exposição de prestações em atraso e respetiva imparidade constituída por segmentos:

Segmento	Exposição em 2015					
	Exposição total Euros	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso <30			Dias de atraso	
		Sem indícios Euros	Com indícios Euros	Total Euros	<=90 Euros	>90 Euros
Empresas	11.155.207	9.753.590	1.250.569	11.004.159	-	151.047
<b>Total</b>	<b>11.155.207</b>	<b>9.753.590</b>	<b>1.250.569</b>	<b>11.004.159</b>	<b>-</b>	<b>151.047</b>

Segmento	Imparidade em 2015				
	Imparidade total Euros	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <=90	Dias de atraso >90
		Euros	Euros	Euros	Euros
Empresas	307.594	156.547	-	-	151.047
<b>Total</b>	<b>307.594</b>	<b>156.547</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>151.047</b>

À data de 31 de dezembro de 2015, o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção é o seguinte:

Ano de produção	Número de Operações	Montante Euros	Imparidade constituída Euros
Empresas			
2009	1	190.613	-
2010	1	75.827	-
2011	2	393.737	5.552
2012	4	3.265.876	151.047
2013	2	1.579.507	-
2014	5	3.647.551	-
2015	2	2.002.096	-
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>11.155.207</b>	<b>156.599</b>

À data de 31 de dezembro de 2015, o detalhe da carteira de crédito e da imparidade avaliada individualmente e coletivamente por segmento, setor e geografia é o seguinte:

Segmento	Exposição			Imparidade		
	Individual Euros	Coletiva Euros	Total Euros	Individual Euros	Coletiva Euros	Total Euros
Empresas	544.785	10.610.422	11.155.207	156.599	150.995	307.594
<b>Total</b>	<b>544.785</b>	<b>10.610.422</b>	<b>11.155.207</b>	<b>156.599</b>	<b>150.995</b>	<b>307.594</b>

Geografia	Exposição			Imparidade		
	Individual Euros	Coletiva Euros	Total Euros	Individual Euros	Coletiva Euros	Total Euros
Angola	-	2.886.169	2.886.169	-	41.073	41.073
Moçambique	544.785	190.613	735.398	156.599	2.712	159.311
Portugal	-	7.533.640	7.533.640	-	107.210	107.210
<b>Total</b>	<b>544.785</b>	<b>10.610.422</b>	<b>11.155.207</b>	<b>156.599</b>	<b>150.995</b>	<b>307.594</b>

  

Sector	Exposição			Imparidade		
	Individual Euros	Coletiva Euros	Total Euros	Individual Euros	Coletiva Euros	Total Euros
Agropecuária	393.738	190.612	584.350	5.552	2.712	8.264
Informação e comunicação	-	2.886.169	2.886.169	-	41.073	41.073
Construção civil	-	2.230.755	2.230.755	-	31.746	31.746
Indústrias	-	3.819.103	3.819.103	-	54.349	54.349
Comércio e serviços	151.047	1.483.782	1.634.830	151.047	21.115	172.162
<b>Total</b>	<b>544.784</b>	<b>10.610.422</b>	<b>11.155.207</b>	<b>156.599</b>	<b>150.995</b>	<b>307.594</b>

À data de 31 de dezembro de 2015, o detalhe da carteira de crédito reestruturado por medida de reestruturação aplicada é o seguinte:

Medida	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		
	Número de operações	Exposição Euros	Imparidade Euros	Número de operações	Exposição Euros	Imparidade Euros
Extensão do prazo	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

À data de 31 de dezembro de 2015, o quadro seguinte inclui os movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

	Número de operações	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	126.420	175.000
Créditos reestruturados no período	-	-
Juros corridos da carteira reestruturada	5.261	1.420
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(50.000)	(50.000)
Créditos reclassificados de "reestruturados" para "normal"	(81.681)	-
Outros	-	-
Saldo em 31 de dezembro	-	126.420



À data de 31 de dezembro de 2015, o detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito é o seguinte:

Justo valor	Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante Euros	Número	Montante Euros
Empresas				
<0,5 M€	-	-	1	75.000
>=0,5 M€ e <1 M€	4	2.217.000	3	2.290.500
>=1 M€ e <5 M€	3	4.160.319	1	2.029.337
>=5 M€ e <10 M€	-	-	-	-
>=10 M€ e <20 M€	-	-	-	-
>=20 M€ e <50 M€	-	-	-	-
>=50 M€	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>6.377.319</b>	<b>5</b>	<b>4.394.837</b>

À data de 31 de dezembro de 2015, o rácio LTV do segmento Empresas é o seguinte:

Segmento/Rácio	Número de imóveis	Crédito em cumprimento Euros	Crédito em incumprimento Euros	Imparidade Euros
Empresas				
Sem colateral associado	n.a.	6.729.167	151.047	95.710
<60%	3	3.697.069	-	52.613
>=60% e <80%	-	-	-	-
>=80% e <100%	1	502.096	-	7.145
>=100%	1	75.827	-	1.079
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>11.004.159</b>	<b>151.047</b>	<b>156.547</b>

À data de 31 de dezembro de 2015, os parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento são os seguintes:

Segmento	PD (%)			LGD (%)
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30 - 90 dias	
Empresas	12,52%	n.a.	n.a.	100,00%

## 5.2 Risco de Mercado

O risco associado à carteira no que respeita à taxa de juro está relacionado com o mismatch de revisões de taxa de juro entre ativos e passivos. Trata-se do risco de ocorrência de uma diminuição ou de um aumento da taxa de juro, associada aos ativos e passivos detidos pela Sociedade, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o custo financeiro inerente aos mesmos.

A 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não detém qualquer passivo sujeito a taxa de juro e por esse facto a Sociedade não possui à mesma data qualquer modelo interno para avaliação do risco de taxa de juro.

A análise da exposição ao risco de taxa de juro, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontra-se apresentada como segue:

(Valores expressos em Euros)

	2015			
	Valor de Balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano
<b>Ativo</b>				
Disponibilidades em instituições de crédito	43.006	43.006	-	-
Aplicações em instituições de crédito	6.196.702	6.196.702	-	-
Crédito a clientes	5.029.765	-	3.151.133	1.878.632
Ativos financeiros detidos até à maturidade	54.761	54.761	-	-
<b>Total</b>	<b>11.324.234</b>	<b>6.294.469</b>	<b>3.151.133</b>	<b>1.878.632</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>	<b>11.324.234</b>	<b>6.294.469</b>	<b>3.151.133</b>	<b>1.878.632</b>

(Valores expressos em Euros)

	2014			
	Valor de Balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano
<b>Ativo</b>				
Disponibilidades em instituições de crédito	35.732	35.732	-	-
Aplicações em instituições de crédito	3.722.410	3.722.410	-	-
Crédito a clientes	5.483.450	-	2.002.790	3.480.660
<b>Total</b>	<b>9.241.592</b>	<b>3.758.142</b>	<b>2.002.790</b>	<b>3.480.660</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>GAP (Ativos - Passivos)</b>	<b>9.241.592</b>	<b>3.758.142</b>	<b>2.002.790</b>	<b>3.480.660</b>

Uma variação da taxa de juro de 200 p.b. origina um impacto acumulado no common equity tier 1 (CET1) em 2015 e 2014 no montante de Euros 84.644 e Euros 87.375, que correspondem a um impacto de 0,68% e de 0,54% respetivamente.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros da Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do exercício.

	<b>2015</b>		
	<b>Saldo médio do exercício Euros</b>	<b>Juro do exercício Euros</b>	<b>Taxa de juro média %</b>
Disponibilidades em instituições de crédito	251.424	-	-
Aplicações em instituições de crédito	4.232.217	61.057	1,44%
Crédito a clientes	4.940.317	202.699	4,10%
Ativos financeiros detidos até à maturidade	11.578	241	2,08%
<i>Ativos financeiros</i>	9.435.536	263.997	2,80%
Recursos de instituições de crédito	-	-	-
<i>Passivos financeiros</i>	-	-	-
<i>Resultado financeiro</i>		263.997	2,80%

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros da Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do exercício.

	<b>2014</b>		
	<b>Saldo médio do exercício Euros</b>	<b>Juro do exercício Euros</b>	<b>Taxa de juro média %</b>
Disponibilidades em instituições de crédito	61.342	-	-
Aplicações em instituições de crédito	4.810.331	144.419	3,00%
Crédito a clientes	4.368.750	236.976	5,42%
<i>Ativos financeiros</i>	9.240.423	381.395	4,13%
Recursos de instituições de crédito	-	-	-
<i>Passivos financeiros</i>	-	-	-
<i>Resultado financeiro</i>		381.395	4,13%

Por último, importa referir que as demonstrações financeiras da Sociedade não estão sujeitas a qualquer risco cambial.

### **5.3 Risco de Liquidez**

O controlo dos níveis de liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

A Sociedade pratica limites prudenciais de liquidez definidos em função:

- Da manutenção constante de um mínimo de ativos líquidos desonerados sob a forma de aplicações bancárias imediatamente mobilizáveis;
- Do cumprimento de rácios de liquidez relativos aos máximos de crédito concedido e de garantias emitidas, incluindo compromissos ainda não desembolsados, em função do nível de ativos líquidos detidos;
- Do cumprimento de rácios de alavancagem em função dos fundos próprios

Em aditamento, a Sociedade pratica ainda:

- Um limite de concentração por banco no que se refere à aplicação dos seus excedentes de liquidez;
- Um limite de 25% dos fundos próprios em aplicações bancárias por banco e em crédito concedido e garantias emitidas por cliente, em cumprimento do Aviso nº 7/2010 do Banco de Portugal.

Assim, e tendo em vista regulamentar adequadamente a liquidez, o Conselho de Administração estabeleceu o limite mínimo de Euros 2,5 milhões de disponibilidades líquidas, um nível de liquidez mínima de 20% e o limite de exposição por país ao nível das garantias prestadas de 3 vezes o mínimo de ativos líquidos, ou seja, Euros 7,5 milhões. De referir que o risco de liquidez é objeto de acompanhamento permanente através da produção mensal do Reporte de Gestão Prudencial de Liquidez destinado a monitorizar a evolução dos níveis de liquidez relativamente a cada um dos limites estabelecidos.

Em aditamento, foi introduzido em 2015 o Regulamento Delegado (UE) 2015/61 relativo ao requisito de cobertura de liquidez, que vem fixar as regras finais para o cálculo do rácio de cobertura de liquidez, "LCR". A partir de 1 de outubro de 2015, tornou-se obrigatório o cumprimento de 60% do requisito de cobertura de liquidez previsto no Regulamento n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho ("CRR"), a deter sob a forma de ativos líquidos de alta qualidade.

Dado que os referidos ativos líquidos detidos pela Sociedade não se qualificam como de "alta qualidade" para efeitos do cumprimento deste requisito, a Sociedade adquiriu uma carteira de obrigações do tesouro, que se qualificam como tal. Assim, a Sociedade garantiu o cumprimento do referido requisito com ampla folga, registando um rácio LCR de 136% com respeito a dezembro de 2015.

### **5.4 Risco Operacional**

A Sociedade tem adotado, desde sempre, princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respetivos mecanismos de controlo, de que são exemplos:

- A segregação de funções;
- Definição de responsabilidade;
- As linhas de responsabilidade e respetivas autorizações;

- Os códigos deontológicos e de conduta;
- O controlo de acessos, físicos e lógicos; e
- A formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

A Sociedade mantém um responsável pelo controlo do risco operacional que se ocupa do registo dos eventos de risco operacional, bem como da respetiva monitorização e controlo, e continua a implementar o sistema de controlo interno através do Sistema de Normas Internas funcionalmente extensivo a todas as áreas.

Na execução das tarefas administrativas, algumas das quais em outsourcing, como são os casos da gestão do equipamento e redes informáticas (incluindo backups de segurança dos dados) e da execução dos procedimentos contabilísticos, procede-se igualmente a testes internos para validação da informação tratada externamente.

Em 2015, a Sociedade procedeu a um upgrade dos seus sistemas de transmissão de dados e acesso Internet, tendo também implementado uma nova solução tecnológica de gestão off-site dos serviços de backup, permitindo duplicação e recuperação de dados mais rápida e eficiente.

Lisboa, 11 de março de 2016

O Conselho de Administração,